LUMEN ET VIRTUS

Desafios contemporâneos na adesão à imunização infantil no Brasil

https://doi.org/10.56238/levv15n39-092

Amanda Viana de Araújo e Araújo
E-mail: amandavianaea@gmail.com

Anna Clara Silva Fonseca
E-mail: dra.annaclaraf@gmail.com

Wallex da Silva Guimarães
E-mail: wallexsilvaguimaraes@gmail.com

Beatriz Oliveira Amaro
E-mail: biaammaro@gmail.com

RESUMO
A imunização infantil é uma estratégia crucial para prevenir doenças e reduzir a morbimortalidade infantil, desempenhando um papel vital na saúde pública. No entanto, o Brasil enfrenta desafios crescentes com a baixa adesão à vacinação infantil, impactando negativamente a saúde das crianças e da população em geral. Este estudo, de natureza qualitativa e descritiva, realiza uma revisão integrativa da literatura para identificar os principais fatores que influenciam essa baixa adesão, analisando publicações entre 2018 e 2023 nas bases de dados BVS, Scielo e PubMed. Dos 91 estudos inicialmente identificados, 10 foram selecionados para análise aprofundada. A discussão abrange o histórico da vacinação infantil, a importância das vacinas, e os fatores que contribuem para a baixa cobertura vacinal, como desinformação, fatores sociodemográficos, movimentos antivacina, influências culturais e religiosas, além de deficiências na infraestrutura e na qualificação dos profissionais de saúde. A perda do certificado de erradicação do sarampo em 2016 e a piora da situação durante a pandemia por Covid-19 e o retorno da febre amarela evidenciaram a urgência desse problema. A mídia, os aspectos socioculturais e a ineficácia das Unidades Básicas de Saúde são determinantes para o atual cenário. Conclui-se que uma abordagem holística, que inclua a expansão das UBS em áreas vulneráveis, a conscientização através de programas educacionais e a preparação adequada dos profissionais de saúde desde a formação acadêmica, é essencial para melhorar a adesão à imunização infantil e reverter esse quadro preocupante.

Palavras-chave: Vacinas, Imunização Infantil, Saúde Pública, Movimentos Antivacina.

1 INTRODUÇÃO

A imunização, historicamente, tem sido uma das mais eficazes ferramentas de saúde pública para a erradicação de doenças, como a varíola e a febre amarela. Contudo, com o advento da internet e o crescimento das redes sociais, observamos a disseminação de desinformação, impulsionada por movimentos antivacina que atingem até mesmo profissionais da saúde (Bojic; Nikolic; Tucakovic, 2023). Esses movimentos, alimentados por teorias conspiratórias e dados científicos distorcidos, têm contribuído para a baixa adesão à imunização infantil no Mundo e no Brasil nas última década, o que, por sua vez, tem facilitado a reemergência de doenças previamente controladas (Oliveira *et al.*, 2022; Burns, 2023).

As doenças infecciosas têm historicamente moldado a trajetória da humanidade, causando impactos profundos, como a Peste Negra e, mais recentemente, a pandemia de COVID-19. Em resposta a essas ameaças, a criação das vacinas emergiu como uma das maiores conquistas da ciência médica, reduzindo significativamente a mortalidade e a prevalência de enfermidades ao longo dos séculos (Oliveira *et al.*, 2023). A primeira vacina, desenvolvida por Edward Jenner em 1796, contra a varíola, inaugurou uma nova era na saúde pública. Essa inovação, crucial para a sobrevivência humana, continua a ser essencial no enfrentamento das doenças emergentes e reemergentes (Xavier *et al.*, 2024).

Ademais, é fato que as vacinas representaram um dos maiores avanços tecnológicos para a saúde humana, com o propósito de desencadear uma resposta imunológica mediante a exposição a agentes infecciosos. Como resultado, reduzem os riscos de mortalidade e complicações em casos de infecção pelo microrganismo (Canouï; Launay, 2019).

Após a inoculação, as vacinas permitem ao sistema imunológico criar memória imunológica, utilizando células T e B de memória, o que possibilita o desenvolvimento de vacinas e o controle eficiente de doenças infecciosas. A imunização se caracteriza pelo processo no qual adquirimos proteção imunológica contra doenças infecciosas, utilizando vacinas, imunoglobulinas ou soros de anticorpos(da Silva Vieira *et al.*, 2020).

No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído em 1973, estabeleceu-se como uma das mais significativas intervenções de saúde pública, promovendo a universalidade e equidade na oferta de imunobiológicos para todos os grupos-alvo de vacinação. Por meio do PNI, o Brasil alcançou a erradicação de diversas doenças, fornecendo proteção contra mais de vinte enfermidades. Entretanto, a partir de 2016, o país começou a enfrentar uma preocupante queda na cobertura vacinal, refletindo uma tendência global que ameaça reverter os avanços conquistados nas últimas décadas.

Dessa forma, é fundamental reconhecer que todas as faixas etárias apresentam necessidades específicas de imunização, demandando um planejamento abrangente e eficaz por parte do Sistema Único de Saúde (SUS) através dos serviços de atenção primária à saúde. Essa abordagem estratégica

visa garantir que a população seja devidamente protegida contra um espectro diversificado de doenças (Dias *et al.*, 2021).

Além disso, é relevante salientar que no contexto infantil, onde a imunização é um direito inalienável, é de suma importância manter uma constante conscientização junto aos responsáveis, visto que as vacinas desempenham um papel fundamental na salvaguarda da saúde infantil (de Sousa, 2019; de Oliveira Medeiros *et al.*, 2022). Tais imunizações fortalecem o sistema imunológico e conferem proteção contra enfermidades altamente contagiosas, as quais podem impactar adversamente a qualidade de vida e o bem-estar geral das crianças (Oliveira *et al.*, 2021).

Nos últimos anos o debate em detrimento da problemática da baixa adesão à imunização infantil no Brasil é uma questão preocupante que afeta a saúde pública do país visto a reemrgencia de doenças como varíola e febre amarela. Apesar dos avanços significativos no programa de vacinação, ainda há desafios na garantia de que todas as crianças estejam devidamente protegidas contra doenças infecciosas evitáveis por vacinas (da Silva Vieira *et al.*, 2020).

Conforme observado, desde 2016 dados do Ministério da Saúde apontam quedas na taxa de imunização chegando a um índice mais baixo desde os anos 2000, para os mais diferentes tipos de vacinas, apontando que os maiores recuos foram nos imunizantes como o de Poliomielite, Hepatites A e B, Menigocócica , e Hepatite C, além do Rotavírus (Brasil, 2021; Blanes, 2023).

Os fatores que contribuem para os baixos índices de imunização infantil incluem a disseminação de desinformação através das redes sociais, a influência dos movimentos antivacina, o acesso limitado a serviços de saúde em determinadas regiões, e a desconfiança crescente em relação às instituições de saúde. Contudo, as consequências dessa baixa adesão à imunização infantil podem ser ainda mais graves, pois doenças infecciosas previamente controladas ou erradicadas, como o sarampo e a poliomielite, podem ressurgir e causar surtos, colocando em risco a saúde coletiva (da Silva, Juan Felipe Galvão et al., 2022).

Por sua vez, as crianças não vacinadas ficam vulneráveis a doenças que podem ser potencialmente graves ou até mesmo fatais. Além disso, a redução da cobertura vacinal prejudica os esforços de erradicação de doenças e pode afetar a eficácia das estratégias de saúde pública (Barroso; Sousa; de Sousa, 2023).

O estudo se justificou visto que a baixa adesão à imunização infantil é um desafio complexo que requer ação coordenada e esforços conjuntos de governos, profissionais de saúde e da sociedade civil (de Oliveira Medeiros *et al.*, 2022). Além de que a imunização é uma das conquistas mais significativas da medicina moderna, e assegurar que todas as crianças sejam devidamente vacinadas é fundamental para a saúde e bem-estar de toda a população brasileira (Canouï; Launay, 2019; de Oliveira *et al.*, 2022).

Diante do exposto, o estudo teve como objetivo explorar quais os fatores têm impactado para que ocorra a baixa adesão vacinal infantil no Brasil. Além disso, se apresentar sobre aspectos relacionados a falta de informação, como o impacto da baixa cobertura vacinal reflete na saúde pública e a importância das campanhas de conscientização.

2 MÉTODOS

Este estudo foi conduzido por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) com abordagem qualitativa, uma metodologia que visa sintetizar, de forma sistemática, ordenada e abrangente, os resultados de pesquisas existentes sobre um determinado tema ou questão. A revisão é denominada “integrativa” por oferecer uma visão mais ampla e consolidada do conhecimento disponível, permitindo a construção de um corpo de conhecimento sólido e abrangente sobre o assunto em foco (de Lima Dantas *et al.*, 2022).

Na construção de uma RIL se requer a formulação de um problema, realizar a pesquisa na literatura sobre o tema, avaliar de forma crítica um conjunto de dados, analisar esses dados e apresentar os resultados. Com isso, esse método poderemos reunir os dados da pesquisa e sintetizar os resultados obtidos, de forma sistemática e ordenada, para fundamentar um estudo significativo sobre o tema proposto (Toronto; Remington, 2020).

A investigação sobre a temática foi realizada mediante a análise de evidências previamente publicadas e avaliadas, com o objetivo de responder à seguinte questão norteadora: "Quais são os principais fatores que influenciam a baixa cobertura vacinal infantil e seus impactos na saúde pública?". Para conduzir a pesquisa, foram utilizadas as plataformas indexadoras de artigos Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e PubMed. O processo de busca foi sistematizado por meio da combinação dos descritores: “Imunizantes”, “Crianças”, “Cobertura Vacinal”, “Adesão Vacinal”, “Abstenção Vacina” e “Desinformação”, utilizando-se dos operadores booleanos “AND” e “OR” para refinar os resultados.

Delimitou-se como os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos originais completos, disponíveis online gratuitamente, nos idiomas português, inglês e espanhol, com ano de publicação, com período de publicação a partir de 2018 a 2023. Como critérios de exclusão optou-se em não utilizar estudos com metodologias inconsistentes com seus achados, resumos de anais e congressos, monografias e teses e demais revisões narrativas, artigos duplicados nas bases de dados e que não tenham relação com a temática proposta no estudo.

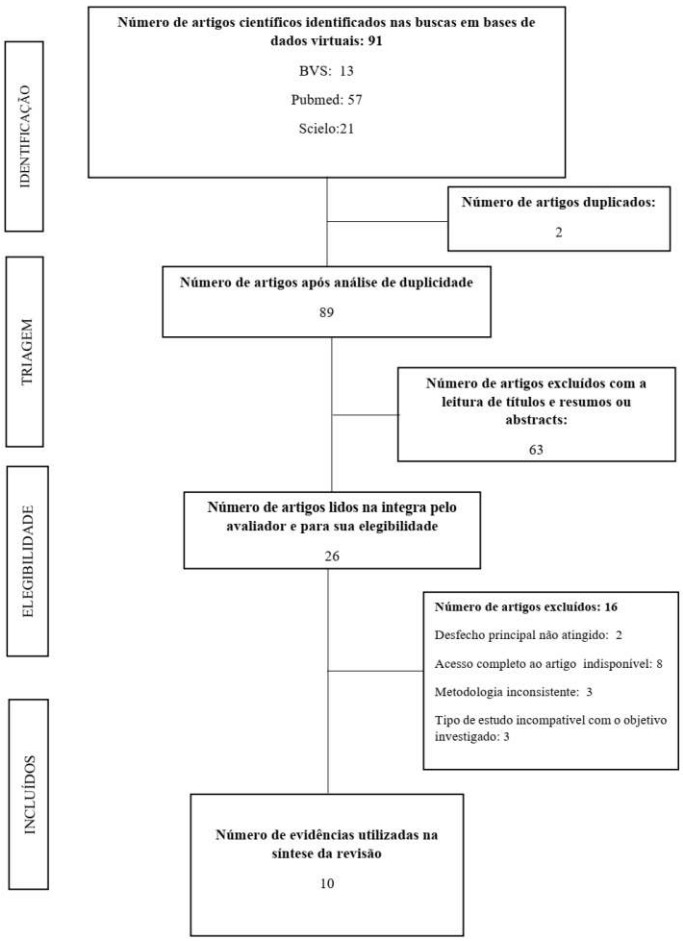
Para a coleta de dados, o estudo foi conduzido através de parâmetros qualitativos, conforme a metodologia do estudo de Gonçalves (2019), e será divido em sete etapas: o estabelecimento do tema e questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos (busca na

literatura); definição de informações que serão extraídas dos artigos selecionados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão e apresentação dos resultados; apresentação da revisão integrativa.

Para a definição de informações que foram extraídas dos artigos selecionados, foi utilizado instrumento de coleta de dados previamente adaptado e validado por Galvão e Ursi (2006), dividido em quatro (04) eixos: A) Identificação; B) Instituição sede do estudo; C) Periódico de publicação; e D) Características metodológicas do estudo.

Posteriormente, ocorreu a demonstração do procedimento de amostragem dos artigos, se empregará o fluxo (figura 1) de informação com as diferentes fases de seleção, orientado pela recomendação PRISMA, a fim de esmiuçar o processo de busca e síntese da revisão (Selçuk, 2019).

Figura 1. Fluxograma método PRISMA, sistematização do processo de busca, identificação e triagem dos estudos.



Fonte: Adaptado de Page *et al.*, (2021).

Para a análise dos dados, se utilizou a técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), que é uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas. Essa técnica é composta por três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de busca foram identificados o total de 91 estudos relacionados ao tema, que após o processo de identificação e trigarem foram selecionados 10 foram incluídos como principais resultados e que auxiliaram na discussão da temática investiga, os principais achados estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1. Apresentação dos principais resultados.

TÍTULO/AUTOR/ANO	OBJETIVO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS ACHADOS
Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. (Silva *et al.*, 2018).	Estimar percentuais de incompletude para vacinas do Calendário Nacional de Vacinação da Criança, para o primeiro ano de vida e fatores associados a eles.	Coorte Prospectivo	Período avaliado 2010-2013 Duas unidades Hospitalares. N= 5.166 entrevistadas, dos quais 3.308 retornaram ao momento do seguimento no segundo ano de vida, e 1.858 (36%) não retornaram por recusa, não comparecimento ou não localização das mães. O estudo evidenciou que a incompletude vacinal é muito recorrente em crianças nos seus primeiros anos de vida que são das classes D e E, devido a hesitação vacinal, falta de informações das mães e em regiões que há menor disponibilidade de serviços de saúde.
Preciso mesmo tomar vacina? Informação e conhecimento sobre vacinas no adolescer. (Viegas *et al.*, 2019)	Descrever o conhecimento dos adolescentes do 9o ano do ensino fundamental de escolas públicas sobre vacinas, as doenças imunopreveníveis e as doenças transmissíveis.	Epidemiológico Transversal Descritivo	Evidenciou-se desinformação dos adolescentes sobre vacinas, doenças transmissíveis e as imunopreveníveis e baixa cobertura vacinal (41 %). A comunicação/informação em saúde foram efetivas na decisão dos adolescentes de se vacinarem, aumentando a cobertura vacinal (91 %).
Bolsa Família program and incomplete childhood vaccination in two Brazilian cohorts. (Silva *et al.*, 2020)	Estimar o efeito de ser beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF) na vacinação de crianças de 13 a 35 meses.	Coorte Prospectivo	Período 2011-2013 N= 1.761 mães entrevistadas. O estudo evidenciou que após a análise e cruzamento dos dados se evidenciou que O recebimento do benefício do PBF não exerceu influência sobre a vacinação infantil, que é uma das condicionalidades do programa. Isso pode indicar que essa condicionalidade não está sendo

			adequadamente acompanhada.
Conhecimento das mães sobre as vacinas administradas aos menores de um ano. (Soares *et al.*, 2020)	Analisar o conhecimento das mães estudantes regulamente matriculadas no Centro Universitário Santo Agostinho sobre as vacinas para crianças menores de um ano	Estudo transversal Descritivo	O estudo apontou que o conhecimento das mães do Centro Universitário Santo Agostinho, é bem significante quanto a vacinação dos seus filhos no primeiro ano de vida. É preciso ressaltar também que os outros profissionais da saúde, além dos técnicos de enfermagem, precisam se destacar mais e exercer mais comunicação e diálogo com as mães nas salas de vacinação.
Cobertura vacinal no brasil: fatores relacionados à baixa adesão na primeira infância. (Oliveira *et al.*, 2021)	Analisar as produções científicas acerca dos fatores relacionados à baixa adesão vacinal entre crianças menores de cinco (5) anos no Brasil.	Estudo Qualitativo	O estudo apontou que principais fatores relacionados à queda na imunização temos a atuação ineficaz dos serviços de saúde e de seus profissionais, a falta de informações verídicas e confiáveis para a população, assim como a negligência dos responsáveis e a influência de fatores socioculturais, religiosos e econômicos.
Paradigmas da adesão vacinal nos 1000 dias de vida: análise e repercussões na saúde pública. (da Silva *et al.*, 2022).	Analisar a cobertura vacinal direcionada às crianças no período dos 1000 dias, entre os anos de 2016 e 2020	Epidemiológico analítico transversal	Verificou-se a redução, predominantemente, de 10,51% das aplicações de vacinas entre os anos de 2016 a 2020 na população de até 2 anos de idade. Ademais, os imunobiológicos que mais sofreram redução foram: hepatite B (84,87%), influenza (99%) e poliomielite oral (18,45%). Alguns dos fatores relacionados à redução da aplicação de imunobiológicos nesse período são a baixa cobertura vacinal, propagação de fake news, falta de informação da população e a pandemia da COVID-19, com o isolamento social.
A Evolução das Políticas Públicas de Saúde no Brasil a partir de 1900 até os Tempos atuais. (de Oliveira *et al.*, 2022).	Descrever sobre a evolução das políticas públicas de saúde no brasil a partir de 1900 até os tempos atuais.	Estudo Qualitativo	O estudo faz uma análise histórica das políticas públicas voltadas a Saúde no Brasil abordando questão vacinal e sua importância para a saúde pública.
Imunização infantil na atenção primária em saúde:	Analisar à Hesitação Vacinal entre pais e	Observacional, transversal e descritivo	N= 200, pais do público infantil,

hesitação vacinal entre pais e perspectiva de profissionais. (Benício, 2023).	perspectiva dos profissionais de saúde acerca da imunização infantil na Atenção Primária em Saúde, no município de São Bentinho-PB		cadastrados na Estratégia de Saúde da Família do referido município, e por 23 profissionais das equipes de saúde. Os resultados indicam baixa prevalência de Hesitação Vacinal; sugerem confiança dos pais no processo de vacinação e nos profissionais, embora afirmem ter medo das reações vacinais graves; os pais apresentam elevado nível de intenção para vacinação infantil, porém se observa baixo nível de adesão; atualização de informações dos profissionais e repasse aos pais se faz necessária e poderá contribuir positivamente no processo da vacinação mais eficaz.
Anti-vaccination movements in the world and in Brazil. (Oliveira *et al.*, 2022)	Visou explorar fatores relacionados a hesitação vacinal no mundo em comparativo com o Brasil.	Estudo Qualitativo	O estudo revelou que enfrentar o movimento antivacina requer uma abordagem de longo prazo, que inclua a implementação de programas educacionais inovadores focados em imunização e pensamento crítico, utilizando diversos canais de comunicação, como as mídias sociais. Para que essa estratégia seja eficaz, é crucial a cooperação entre cientistas das áreas biológica e da saúde, especialistas em ética, cientistas sociais, formuladores de políticas, jornalistas e a sociedade civil. Essa colaboração interdisciplinar é fundamental para compreender profundamente as motivações sociais por trás da recusa vacinal e para planejar medidas educativas que possam aumentar a cobertura vacinal de maneira sustentável.
Temporal and spatial distribution trends of polio vaccine coverage in less than one-year old children in Brazil, 2011-2021. (da Silva *et al.*, 2023)	Analisou as tendências temporais e a distribuição espacial da cobertura vacinal contra poliomielite em crianças de um ano de idade no Brasil, entre 2011 e 2021.	Estudo ecológico, de série temporal	De 2011 a 2021, a cobertura das vacinas contra a poliomielite diminuiu 29,9%. Houve um aumento progressivo observado nos clusters resultando em baixas coberturas vacinais (140 municípios brasileiros baixo-baixo em 2011 vs. 403 em 2021), notificados

			principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

4 O BREVE HISTÓRICO SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA E O PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

A história da saúde no Brasil é uma trajetória marcada por uma evolução significativa ao longo do tempo, refletindo não apenas avanços na medicina e na prestação de serviços de saúde, mas também mudanças políticas e sociais que moldaram o sistema de saúde atual. Inicialmente, a saúde no Brasil era baseada em práticas tradicionais, como curandeirismo e medicina natural, além da filantropia, que desempenhava um papel importante na assistência médica à população (Megiani; Lopes; Lázaro, 2021).

No entanto, no século XX, a saúde brasileira tornou-se cada vez mais entrelaçada com o contexto histórico-político do país. Direitos à saúde e controle sanitário, que hoje são fundamentais, foram conquistados após enfrentamentos com epidemias devastadoras e desafios políticos cruciais (Magaton *et al.*, 2023).

Por sua vez, observamos que eventos históricos notáveis, como a Revolta das Vacinas, destacaram as arbitrariedades e abusos contra a população e os trabalhadores, servindo como catalisadores para a criação de leis e instituições que visavam beneficiar esses grupos.

Conforme, exposto por de Oliveira *et al.*, (2022) e Oliveira *et al.*, (2022) foi através dos movimentos da Reforma Sanitária, da 8ª Conferência Nacional de Saúde, da Constituição Federal de 1988 e, em última instância, da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que o Brasil passou a experimentar uma abordagem de saúde mais preventiva, equânime e integral. O SUS representou um marco na história da saúde brasileira, promovendo a universalização do acesso à saúde, a participação da comunidade e uma visão mais abrangente da saúde, que vai além da mera assistência médica, abraçando a promoção, prevenção e recuperação da saúde.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) desempenha um papel central na imunização infantil no Brasil. Desde a sua criação em 1973, o PNI tem sido uma pedra angular na proteção da saúde das crianças, oferecendo acesso universal e gratuito a uma ampla gama de vacinas (de Oliveira Medeiros *et al.*, 2022).

Ao longo dos anos, o programa demonstrou sua eficácia na prevenção de doenças altamente contagiosas, como sarampo, poliomielite e rubéola, ajudando a reduzir drasticamente a morbimortalidade infantil relacionada a essas enfermidades . Além disso, o PNI tem desempenhado um papel crucial em campanhas de vacinação em massa, garantindo que a população infantil esteja adequadamente protegida contra surtos de doenças (Blanes, 2023).

Benício, (2023), discorre que o PNI é um dos programas mais bem-sucedidos do Brasil, promovendo a vacinação em massa e protegendo a população contra uma série de doenças infecciosas.

Sua eficácia é evidenciada não apenas pela erradicação da poliomielite e pela redução significativa de casos de sarampo, mas também por seu papel na resposta a emergências de saúde pública, como a pandemia de COVID-19.

Em suma, o PNI é um elemento essencial na história da saúde no Brasil, representando a visão de que a prevenção e a imunização são fundamentais para a promoção de uma sociedade saudável e resiliente.

5 A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO INFANTIL

A vacinação infantil é um pilar fundamental da saúde pública no Brasil, desempenhando um papel crucial na prevenção de doenças infecciosas que afetam crianças. Essa importância se baseia em princípios científicos bem estabelecidos, que demonstram a eficácia e a segurança das vacinas (Canouï; Launay, 2019).

As vacinas são projetadas para estimular o sistema imunológico das crianças, permitindo que elas desenvolvam uma resposta protetora contra agentes patogênicos específicos, como bactérias e vírus. A imunização infantil não apenas protege as crianças contra doenças potencialmente graves, mas também contribui para a construção da imunidade de grupo, tornando mais difícil a propagação de doenças em toda a comunidade (Canouï; Launay, 2019).

O Brasil tem uma longa história de sucesso na implementação de programas de vacinação infantil, que resultaram na erradicação de doenças como a varíola e na redução significativa da incidência de outras, como o sarampo e a poliomielite (Freitas *et al.*, 2023). No entanto, a importância da vacinação infantil vai além do âmbito nacional, contribuindo para a prevenção de epidemias globais (Viana *et al.*, 2022). A cooperação internacional em saúde e a adesão às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) são aspectos essenciais dessa abordagem, destacando a responsabilidade compartilhada na proteção da saúde das crianças (Magaton *et al.*, 2023).

Apesar dos avanços históricos, o Brasil enfrenta atualmente desafios relacionados à queda na cobertura vacinal. A ressurgência de doenças que estavam sob controle, como o sarampo, é um sinal preocupante dessa tendência. Nesse sentido, a baixa cobertura vacinal pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a disseminação de informações falsas e desinformação sobre vacinas, a falta de acesso adequado aos serviços de saúde e barreiras socioeconômicas (Junior, 2019; Peixoto *et al.*, 2022).

O ressurgimento dessas doenças como a do sarampo e da poliomielite destaca a necessidade premente de educar a população sobre a importância da vacinação infantil, fortalecer os sistemas de saúde e promover campanhas de conscientização.

6 FATORES QUE INFLUENCIAM A BAIXA ADESÃO VACINAL INFANTIL

No processo de investigação e leitura dos estudos alguns pontos incomuns foram identificados como: a hesitação vacinal, incompletude vacinal, falta de conhecimento, a falta de repasse de informações adequadas por profissionais da saúde e disseminação de desinformações sobre os imunizantes há muito estabelecidos pelo PNI (SILVA *et al.*, 2018, 2020; VIEGAS *et al.*, 2019; DA SILVA *et al.*, 2023).

Sabe-se que é desafiador se definir as razões que levam alguns pais e responsáveis a optarem por não imunizar suas crianças, uma vez que esse comportamento é influenciado por uma complexa interseção de fatores socioculturais, econômicos e religiosos (Blanes, 2023). Além disso, esses elementos desempenham um papel direto na tomada de decisão dos responsáveis e ressaltam a crescente necessidade de abordar a compreensão dos pais sobre a imunização infantil (Silva *et al.*, 2020).

Conforme Oliveira *et al.*, (2021), entre as diversas razões que contribuem para a recusa dos pais em vacinar, encontramos nos achados a influência de estruturas familiares precárias, nas quais os responsáveis não têm o suporte necessário para cuidar de suas crianças. Além disso, a incapacidade dos pais em conciliar seus horários de trabalho com os horários de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o acúmulo de responsabilidades, especialmente entre mães solteiras com três ou mais filhos, muitas vezes resulta na negligência de tarefas consideradas de menor importância, como a vacinação.

Em contra partida conforme Oliveira *et al.*, (2022), o aumento no número de pessoas que optam por não vacinar levanta questões sobre os motivos subjacentes a esse comportamento, que pode elevar o risco de doenças preveníveis por vacinas (DPVs). Pais que vacinam seus filhos frequentemente expressam preocupações ou dúvidas sobre a eficácia e os riscos associados às vacinas. As decisões dos pais em relação aos programas de vacinação são geralmente influenciadas por uma série de fatores, que podem ser categorizados em individuais, grupais e contextuais. Os fatores contextuais, por sua vez, podem incluir razões históricas, socioculturais, ambientais, temporais, institucionais, destacando-se a ideologias políticas e socioeconômicas, como a ausência de cobertura de seguro saúde.

A hesitação em relação às vacinas tem sido analisada por diversos modelos que consideram tanto a aceitação quanto a resistência, com a maioria dos modelos focando na tomada de decisão parental (Oliveira *et al.*, 2022).

Um estudo anterior identificou vários perfis parentais em relação à vacinação: (1) os "convencidos", que acreditam firmemente nos benefícios das vacinas; (2) os "cautelosos", que, embora emocionalmente envolvidos com seus filhos, hesitam em vaciná-los; (3) os "relaxados", que demonstram ceticismo em relação às vacinas; (4) os "não convencidos", que são desconfiados tanto

das vacinas quanto das políticas de vacinação; e (5) os "hesitantes", que formam um grupo heterogêneo, podendo recusar algumas vacinas enquanto aceitam outras (Keane *et al.*, 2005).

Esses desafios revelam a necessidade de uma abordagem multifacetada que leve em consideração não apenas a disponibilidade de vacinas, mas também as condições socioeconômicas e culturais dos responsáveis, a fim de promover uma maior adesão à imunização infantil (Xavier *et al.*, 2024).

A imunização representa uma das estratégias mais eficazes para prevenir doenças imunopreveníveis, no entanto, a recusa por parte de pais e responsáveis em garantir esse direito fundamental pode resultar em danos irreparáveis tanto para a criança quanto para a sociedade como um todo (Megiani; Lopes; Lázaro, 2021; Miler-da-Silva *et al.*, 2021; Nedel *et al.*, 2021).

Isso inclui o risco de morte ou a aquisição de sequelas permanentes que podem perdurar ao longo da vida adulta. Além disso, a recusa à imunização pode culminar no ressurgimento de doenças previamente controladas no Brasil, exemplificado pelo retorno do sarampo, após o país ter conquistado o certificado de eliminação da circulação do vírus em 2016 (Peixoto *et al.*, 2022).

Cada vez mais, torna-se evidente a resistência de determinados grupos em seguir o calendário de imunização, criando um cenário de negligência parental (Carrieri; Madio; Principe, 2019; Viegas *et al.*, 2019).

Contradizendo o que está estabelecido na Lei nº 6.259 de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 78.231/76, que determina a obrigatoriedade da vacinação em todo o território nacional contra doenças controláveis por essa técnica de prevenção, consideradas relevantes para a saúde pública brasileira. A falta de adesão à imunização não apenas coloca em risco a saúde individual, mas também ameaça a conquista de um ambiente coletivo mais seguro e saudável (Barroso; Sousa; de Sousa, 2023).

Conforme os estudos de Oliveira *et al.*, (2021), da Silva Vieira *et al.*, (2020) e Benício (2023), a discussão em torno da necessidade da vacinação é influenciada por diversas dúvidas, incluindo preocupações com potenciais eventos adversos, crenças filosóficas e religiosas. Essas questões têm gerado hesitação tanto entre famílias quanto entre profissionais de saúde, questionando a relevância das vacinas na proteção da saúde pública.

No século XVIII, o teólogo inglês Edmund Mossey proferiu um sermão que condenava a prática da inoculação, argumentando que as doenças eram enviadas por vontade divina para punir os pecadores, tornando qualquer tentativa de prevenção uma "operação diabólica" (Lima; Vieira, 2022). Além disso, Oliveira *et al.*, (2021) e Burtet, Fontanela, Marocco (2021), apontam em seus respectivos estudos que os movimentos religiosos, como os quakers e os batistas, também se mostraram antivacinação, alegando que interferir na vontade divina ao evitar a morte de alguém seria um pecado, evidenciando a influência das crenças religiosas no movimento antivacina.

A resistência à imunização não é um fenômeno recente e remonta a períodos anteriores à descoberta das vacinas modernas. Mesmo com variolização, uma das primeiras técnicas de imunização que envolvia a inoculação do pus retirado de lesões de indivíduos infectados em pessoas não imunes, era vista com desconfiança pela Igreja Católica por considerá-la antinatural (Cardoso *et al.*, 2021; Junior, 2019).

O crescente movimento antivacinação, impulsionado pela disseminação de informações falsas, conhecidas como "fake-news", tem impactado negativamente o controle de epidemias e doenças antes controladas por meio da imunização.

Destacamos que esse fenômeno é especialmente ainda mais preocupante no Brasil e em todo o mundo, questionando a eficácia das vacinas em pleno século XXI e colocando em risco a saúde pública. Visto a utilização das redes sociais para essa disseminação de desinformações e devido a precariedade do ensino muitas pessoas não se questionam as informações e mesmo quando comprovadas falsas preferem seguir as recomendações repassada por pessoas que se dizem "especialistas" na área (Cardoso *et al.*, 2021; Waszak; Kasprzycka-Waszak; Kubanek, 2018; Yabrude *et al.*, 2020).

Pois além das questões relacionadas às crenças religiosas e à desinformação, fatores demográficos e socioeconômicos exercem um impacto substancial na adesão à vacinação em determinadas populações. Estudos realizados na região Nordeste do Brasil destacam que mães com baixa instrução tendem a apresentar uma menor adesão às vacinas, muitas vezes devido à falta de conhecimento sobre a real necessidade e importância das imunizações (da Silva *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2018, 2020).

Essa intersecção de fatores socioeconômicos, educacionais e demográficos enfatiza a complexidade do desafio enfrentado pelos programas de vacinação, que devem considerar não apenas aspectos médicos, mas também sociais e culturais ao promover a adesão às vacinas (Silva *et al.*, 2020).

É fundamental que esforços sejam direcionados para educar e conscientizar as populações mais vulneráveis sobre a importância da imunização e garantir o acesso equitativo a serviços de saúde que ofereçam as vacinas necessárias, contribuindo assim para a proteção da saúde infantil e a prevenção de doenças evitáveis por vacinação.

Conforme Silva *et al.*, (2018), a incompletude vacinal é uma preocupação significativa, pois uma criança que não recebe todas as doses necessárias de uma vacina pode não desenvolver imunidade adequada contra a doença alvo. Isso a deixa vulnerável a infecções potencialmente graves que poderiam ser prevenidas com a vacinação completa. Além disso, quando muitas crianças em uma comunidade não estão devidamente imunizadas, ocorre uma diminuição na imunidade de grupo, tornando toda a população mais suscetível a surtos de doenças (Silva *et al.*, 2018).

Por isso, para se combater a incompletude vacinal, é fundamental um esforço coordenado que inclua a conscientização pública sobre a importância da vacinação, a educação dos pais sobre o calendário de vacinação e a criação de sistemas de saúde que facilitem o acesso à imunização (da Silva *et al.*, 2022). Os profissionais de saúde desempenham um papel crucial na identificação e abordagem de crianças que estão em risco de incompletude vacinal, garantindo que todas as doses recomendadas sejam administradas no momento apropriado (Oliveira *et al.*, 2021).

Ressaltamos que a incompletude vacinal é um desafio que requer uma abordagem holística, envolvendo tanto a comunidade quanto os sistemas de saúde, para garantir que todas as crianças tenham acesso às vacinas necessárias para proteger sua saúde e prevenir a disseminação de doenças infecciosas (Silva *et al.*, 2018).

Nesse sentido, espera-se que os profissionais de saúde dominem esses conhecimentos e estejam aptos a esclarecer as dúvidas da população. No entanto, a eficácia das campanhas de vacinação realizadas no Brasil nos últimos anos não tem sido amplamente divulgadas, e a falta de informações nas redes sociais e mídias e a utilização de influenciadores sobre a importância e os benefícios da imunização o que contribui para a queda das taxas de adesão (Soares *et al.*, 2020).

Reforça-se que pode até mesmo se traçar uma linha imaginária no período pandêmico e pós pandêmico visto que a baixa imunização durante a pandemia de COVID-19 e o potencial impacto pós-pandemia apresentam sérias preocupações em relação à saúde pública e ao controle de doenças infecciosas (Benedetti *et al.*, 2022; de Oliveira Medeiros *et al.*, 2022).

Segundo Fontes *et al.*, (2023) Durante a pandemia, o foco principal estava na vacinação contra o SARS-CoV-2, o vírus causador da COVID-19. No entanto, a atenção também deve ser direcionada para garantir a continuidade da vacinação de rotina, incluindo a imunização infantil.

Durante a pandemia, houve uma interrupção nos serviços de saúde, restrições de movimento e temores das pessoas em buscar atendimento médico, o que levou a uma diminuição da cobertura vacinal para outras doenças preveníveis. Isso resultou em bolsões de baixa imunização, aumentando o risco de surtos de outras doenças evitáveis por vacinação (Benedetti *et al.*, 2022).

No pós-pandemia, a recuperação da cobertura vacinal completa para todas as faixas etárias, incluindo a imunização infantil, torna-se crucial. É necessário um esforço conjunto para recuperar a confiança nas vacinas e nos serviços de saúde, bem como para reforçar a conscientização sobre a importância da vacinação de rotina (Fontes *et al.*, 2023; Moura *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a baixa imunização pós-pandemia pode ter várias causas, incluindo o medo persistente das pessoas de buscar atendimento de saúde, a desinformação contínua e a desconfiança nas vacinas e crenças religiosas e ideologias políticas (Martins-Filho; Barberia, 2022; Xavier *et al.*, 2024). Os sistemas de saúde precisarão se adaptar e intensificar suas estratégias de conscientização e educação para a comunidade, garantindo que a população compreenda a importância das vacinas e a

necessidade de manter altas taxas de imunização para prevenir doenças(Fontes *et al.*, 2023; Moura *et al.*, 2022).

Além disso, outro obstáculo à vacinação é o desconhecimento, tanto por parte da população quanto dos profissionais de saúde, das doenças alvo do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Devido à falta de contato frequente com essas patologias, muitas pessoas não compreendem o risco associado à não vacinação (de Oliveira Medeiros *et al.*, 2022; Benício, 2023).

Outro ponto importante se trata da atuação deficiente dos centros de saúde na comunidade. A notoriedade das Unidades Básicas de Saúde (UBS) veio após a implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a expansão do Programa Nacional de Imunizações (PNI) no Brasil, com o objetivo de proporcionar atendimento abrangente a toda a população, promovendo a universalidade e a equidade nos serviços de saúde (Benício, 2023; da Silva *et al.*, 2023).

No entanto, a implementação desses serviços muitas vezes ocorreu em condições irregulares de estrutura e processos, incluindo o reaproveitamento de instalações antigas e inadequadas para a atuação da ESF, o que impactou negativamente na prestação da assistência aos pacientes.

É destacado no estudo de Oliveira *et al.*, (2021), que a localização e a estrutura dos serviços de atenção básica têm um impacto significativo na disponibilidade de imunobiológicos em diferentes regiões do Brasil. Visto que apesar do PNI estabelece diretrizes específicas para a estruturação da sala de vacina, incluindo recursos materiais e humanos, como refrigeradores, imunizantes e profissionais qualificados. Quando esses recursos estão em falta, isso afeta diretamente as taxas de cobertura vacinal, resultando em perda de oportunidades e comprometendo o alcance das metas estabelecidas para a imunização.

Ressaltando assim que a infraestrutura e a organização dos centros de saúde desempenham um papel fundamental na promoção da imunização infantil, e a falta de recursos adequados pode ter um impacto negativo nas taxas de cobertura vacinal, exigindo esforços para melhorar a disponibilidade e a qualidade os serviços de saúde em todo o país (da Silva *et al.*, 2022).

Esses desafios e fatores apresentados ressaltam a necessidade de uma abordagem abrangente que envolva a educação e conscientização da população, bem como a formação contínua e atualizada dos profissionais de saúde. A promoção da imunização infantil requer uma colaboração efetiva entre profissionais de saúde, instituições de saúde pública e meios de comunicação para garantir que as informações corretas sobre vacinas cheguem às famílias e que todas as dúvidas e preocupações sejam devidamente esclarecidas.

7 OS PROGRAMAS E MEDIDAS ADOTADAS CONTRA A BAIXA IMUNIZAÇÃO

A baixa taxa de imunização tem se tornado uma preocupação crescente em saúde pública, levando ao retorno de doenças que antes estavam sob controle ou erradicadas em muitas partes do

mundo. As vacinas são uma das ferramentas mais eficazes na prevenção de doenças infecciosas, e a redução das coberturas vacinais pode resultar em surtos de doenças imunopreviníveis. Entre essas doenças, destacam-se o sarampo, a febre amarela, a difteria, a coqueluche, e a poliomielite (Oliveira *et al.*, 2022).

No Brasil, a luta contra a baixa cobertura vacinal tem sido abordada por meio de programas e medidas eficazes. Um dos exemplos mais emblemáticos é o "Zé Gotinha". Esse personagem icônico foi criado como parte da Campanha Nacional de Vacinação e desempenhou um papel fundamental na conscientização da população sobre a importância da imunização (Oliveira; de Magalhães Porto, 2024).

Outra iniciativa significativa é o "Dia D", que é frequentemente utilizado para intensificar as campanhas de vacinação. Nesse dia específico, os serviços de saúde em todo o país se mobilizam para oferecer vacinas de forma ampla e acessível à população. O "Dia D" é marcado por esforços concentrados de conscientização, eventos comunitários e ampla divulgação, visando aumentar as taxas de cobertura vacinal em um curto período de tempo (Magaton *et al.*, 2023).

Além disso, o Brasil mantém um Programa Nacional de Imunizações (PNI) que oferece diretrizes claras para a vacinação em todo o país. O PNI estabelece o calendário de imunização, os grupos prioritários e as estratégias de vacinação, garantindo que as vacinas essenciais estejam amplamente disponíveis e acessíveis à população. Essas medidas têm sido cruciais na luta contra a baixa cobertura vacinal no Brasil, contribuindo para a prevenção de doenças infecciosas e a promoção da saúde pública (Megiani; Lopes; Lázaro, 2021).

Conforme observado nos estudos de Viegas *et al.*, (2019),Soares *et al.*, (2020),da Silva *et al.*, (2022) e da Silva *et al.*, (2023), somente através da propagação de informações adequada aos pais e responsáveis e a prática em educação em saúde o cenário do Brasil frente a baixa imunização mudará, isso porquê quando se repassado as informações adequada e quebrando os mitos sobre os efeitos adversos os pais deixaram de hesitar em vacinar seus filhos conforme observados nesses estudos.

Ressalta-se que até mesmo políticas públicas que atendem famílias em situação de baixa renda como o bolsa família unem esforços para tentar reverter a baixa cobertura vacinal. Conforme o estudo de Silva *et al.*, (2018), que expõem que apesar da obrigatoriedade ainda não é efetivo no qual se observa a não vacinação e cumprimentos das diretrizes estabelecidas pelo bolsa família no processo de vacinação infantil.

A formação continuada dos profissionais de saúde desempenha um papel fundamental no combate às fake news e na promoção da saúde pública. Em um cenário onde informações errôneas e desinformação podem afetar drasticamente a tomada de decisão das pessoas em relação à saúde, os profissionais de saúde precisam estar preparados e atualizados para desempenhar um papel de liderança na disseminação de informações corretas e confiáveis (Benício, 2023).

Em suma, em um mundo cada vez mais inundado por informações, a formação continuada e o combate às fake news por parte dos profissionais de saúde desempenham um papel essencial na construção de uma sociedade mais saudável e bem informada. O investimento na educação contínua tanto da população quanto dos profissionais de saúde, juntamente com a promoção de informações baseadas em evidências, não apenas aprimora a qualidade do atendimento, mas também contribui para a prevenção de doenças, o fortalecimento da confiança do público e, em última análise, aprimora a saúde pública como um todo (VIEGAS *et al.*, 2019; FONTES *et al.*, 2023).

8 CONCLUSÃO

Na condução desta revisão integrativa da literatura revelou os principais fatores que afetam a baixa adesão à vacinação infantil no Brasil. Observou-se que a falta de informação e conscientização dos pais é um dos principais problemas, levando à hesitação na vacinação e à incompletude das carteiras vacinais. Isso expõe as crianças a doenças graves como sarampo e poliomielite, que poderiam ser prevenidas com uma cobertura vacinal adequada. A ausência de uma abordagem educacional efetiva tem contribuído para esses cenários preocupantes.

O impacto da baixa cobertura vacinal no Brasil tem sido significativo e se agravou desde 2016, quando o país perdeu o certificado de erradicação do sarampo. A pandemia de COVID-19 intensificou o problema, pois o isolamento social e as restrições nos serviços de saúde resultaram em uma diminuição ainda maior das taxas de vacinação. Após a pandemia, o retorno dos movimentos antivacinas e a disseminação de desinformação, entraves políticos ideológicos, têm alimentado dúvidas sobre a eficácia e a segurança das vacinas, complicando ainda mais a situação.

Observando-se na análise dos dados que apontou para a influência das mídias na propagação de desinformação e destaca o impacto dos fatores socioculturais, políticos, econômicos e religiosos na baixa adesão às vacinas. Além disso, a ineficácia das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a falta de capacitação dos profissionais de saúde têm agravado a situação. Estes fatores estão interligados e contribuem diretamente para o aumento das taxas de doenças imunopreviníveis e para a deterioração da saúde pública.

Conclui-se que para superar esses desafios, é necessário adotar uma abordagem holística e integrada. Isso inclui a expansão das UBS para áreas remotas, a implementação de programas de vacinação em locais de difícil acesso e a promoção de campanhas educativas que esclareçam a importância da imunização. É fundamental preparar os profissionais de saúde desde o ensino superior para garantir um atendimento eficaz, que inclui a administração correta das vacinas e a comunicação clara com a comunidade. Essas medidas são essenciais para melhorar a cobertura vacinal e fortalecer a saúde pública no Brasil

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições, v. 70, p. 280, 2016.

BARROSO, Raylla Fontinele; SOUSA, Larisse Viana; DE SOUSA, Vania Maria Alves. A Situação Da Vacinação Infantil No Brasil Nos Últimos 5 Anos: Revisão De Escopo. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 4, n. 1, p. e463332–e463332, 2023.

BENEDETTI, Maria Soledade Garcia *et al.* Impacto Da Pandemia Da Covid-19 Na Cobertura Vacinal No Estado De Roraima, Amazônia Ocidental, Brasil. The Brazilian Journal of Infectious Diseases, v. 26, p. 101874, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867021003433.

BENÍCIO, Janaína Alves. Imunização infantil na atenção primária em saúde: hesitação vacinal entre pais e perspectiva de profissionais. 2023.

BLANES, Simone. Desinformação, esquecimento? Problemas da baixa cobertura vacinal infantil. Veja, São Paulo, v. 13, 2023. Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/desinformacao-esquecimento-motivos-da-baixa-cobertura-vacinal-infantil. Acesso em: 10 jul. 2023.

BOJIC, Ljubisa; NIKOLIC, Nemanja; TUCAKOVIC, Lana. State vs. anti-vaxxers: Analysis of Covid-19 echo chambers in Serbia. Communications, v. 48, n. 2, p. 273–291, 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde Coordenação Nacional De Imunizações Imunizações. "Vacinação nas Fronteiras". 2021.

BURNS, Robert B. Impacts of Fake News and Conspiracy Theory. *In*: The Human Impact Of The Covid-19 Pandemic: A Review Of International Research. Springer, 2023. p. 59–89.

BURTET, Giani; FONTANELA, Cristiani; MAROCCO, Andréa de Almeida Leite. Movimentos antivacinas: ameaça para a saúde pública. Conjecturas, v. 21, n. 5, p. 36–51, 2021.

CANOUÏ, E; LAUNAY, O. Histoire et principes de la vaccination. Revue des maladies respiratoires, v. 36, n. 1, p. 74–81, 2019.

CARDOSO, Vivian Michele Vieira de Souza *et al.* Vacinas e movimentos antivacinação: origens e consequências. Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 21, p. e6460, 2021.

CARRIERI, Vincenzo; MADIO, Leonardo; PRINCIPE, Francesco. Vaccine hesitancy and (fake) news: Quasi-experimental evidence from Italy. Health Economics (United Kingdom), v. 28, n. 11, p. 1377–1382, 2019.

DA SILVA, Juan Felipe Galvão *et al.* Paradigmas da adesão vacinal nos 1000 dias de vida: análise e repercussões na saúde pública. BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista, v. 19, p. 1–17, 2022.

DA SILVA, Tércia Moreira Ribeiro *et al.* Temporal and spatial distribution trends of polio vaccine coverage in less than one-year old children in Brazil, 2011-2021. BMC public health, England, v. 23, n. 1, p. 1359, 2023.

DA SILVA VIEIRA, Nadiane *et al.* Conhecimento de mães acerca da imunização. Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem, v. 5, n. 1, 2020.

DE LIMA DANTAS, Hallana Laisa *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem, v. 12, n. 37, p. 334–345, 2022.

DE OLIVEIRA, Alexsandro Sampaio *et al.* A Evolução das Políticas Públicas de Saúde no Brasil a partir de 1900 até os Tempos atuais. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 1, p. 3073–3089, 2022.

DE OLIVEIRA MEDEIROS, Luana *et al.* A importância da intervenção acerca da prática de imunização na infância. Research, Society and Development, v. 11, n. 5, p. e32411528401–e32411528401, 2022.

DE SOUSA, Adriane. Estatuto da Criança e do Adolescente: lei no 8.069/1990. rev. e atual. Leya, 2019.

DIAS, Wesley Brandão *et al.* Elaboração e aplicação de uma tecnologia educacional leve sobre o calendário nacional de imunização infantil no Brasil. Research, Society and Development, v. 10, n. 15, p. e319101522900–e319101522900, 2021.

FONTES, Shauan Keven Rocha *et al.* Fatores determinantes na cobertura vacinal do esquema básico de imunização na infância. Research, Society and Development, v. 12, n. 7, p. e18212742722, 2023. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42722.

FREITAS, Antonieldo Araújo de *et al.* Tendência da Cobertura Vacinal em crianças de zero a 12 meses–Piauí, Brasil, 2013-2020. Saúde em Debate, v. 46, p. 57–66, 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um Artigo de Revisão de Literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 2, n. 5, p. 29–55, 2019.

JUNIOR, Vitor Laerte Pinto. Anti-vacinação, um movimento com várias faces e consequências. Cadernos Ibero-Americanos De Direito Sanitário, v. 8, n. 2, p. 116–122, 2019.

KEANE, Margaret T. *et al.* Confidence in vaccination: a parent model. Vaccine, v. 23, n. 19, p. 2486–2493, 2005. Disponível em: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0264410X04008163.

LIMA, Diogo de Araujo; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Obrigatoriedade da vacinação à luz da teoria dos direitos fundamentais. Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 10, n. 20, p. e12500, 2022. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/12500.
MAGATON, Hellen Christine *et al.* A IMPORTÂNCIA DA IMUNIZAÇÃO NO BRASIL. ANAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, v. 20, n. 20, 2023.

MARTINS-FILHO, Paulo Ricardo; BARBERIA, Lorena G. The unjustified and politicized battle against vaccination of children and adolescents in Brazil. The Lancet Regional Health - Americas, v. 8, p. 100206, 2022. Disponível em: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2667193X22000230.

MEGIANI, Isabela Nishimura; LOPES, Isabela Ressutte; LÁZARO, Camila Aline. Retorno do sarampo: entre a fake news e a Saúde Pública. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, p. e23510212452, 2021.

MILER-DA-SILVA, Leonardo Linhares *et al.* Antigos argumentos, novos desafios: políticas públicas e o movimento antivacina. Research, Society and Development, v. 10, n. 14, p. e487101422476–e487101422476, 2021.

MOURA, Erly Catarina *et al.* Covid-19: evolução temporal e imunização nas três ondas epidemiológicas, Brasil, 2020–2022. Revista de Saúde Pública, v. 56, p. 105, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/205194.

NEDEL, Pelisson *et al.* A importância da vacinação e o impacto dos movimentos antivacinas na reincidência de algumas doenças 1. XXVIII Seminário de Iniciação Científica, p. 1–5, 2021.

OLIVEIRA, Guilherme Guedes de *et al.* A influência dos movimentos antivacina sobre o plano vacinal infantil: uma revisão da literatura. Uningá Journal, v. 60, n. 1, p. eUJ4461, 2023. Disponível em: https://revista.uninga.br/uninga/article/view/4461.

OLIVEIRA, Isadora Sousa de *et al.* Anti-vaccination movements in the world and in Brazil. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 55, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822022000100203&tlng=en.
OLIVEIRA, Carla Efigênia Maciel Maia Assis *et al.* Cobertura vacinal no brasil: fatores relacionados à baixa adesão na primeira infância. 2021.

OLIVEIRA, Kaio Eduardo; DE MAGALHÃES PORTO, Cristiane. Narrativas sobre vacinas, ciência e educação em memes do Zé Gotinha. Ensino & Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 189–203, 2024.

PAGE, Matthew J *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, p. n71, 2021. Disponível em: https://www.bmj.com/lookup/doi/10.1136/bmj.n71.

PEIXOTO, Maria Eduarda Guedes *et al.* A REEMERGÊNCIA DO SARAMPO NO BRASIL: FALHA DA COBERTURA VACINAL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 7, p. 776–786, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6244.

SELÇUK, Ayşe Adin. A guide for systematic reviews: PRISMA. Turkish archives of otorhinolaryngology, v. 57, n. 1, p. 57, 2019.

SILVA, Francelena de Sousa *et al.* Bolsa Família program and incomplete childhood vaccination in two Brazilian cohorts. Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 98, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/178287.

SILVA, Francelena de Sousa *et al.* Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000305012&lng=pt&tlng=pt.

SOARES, Juliana Sousa *et al.* Conhecimento das mães sobre as vacinas administradas aos menores de um ano. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 43, p. e1000–e1000, 2020.

TORONTO, Coleen E; REMINGTON, Ruth. A step-by-step guide to conducting an integrative review. Springer, 2020.

URSI, Elizabeth Silva; GALVÃO, Cristina Maria. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 14, p. 124–131, 2006.

VIANA, Renata Suellen Souza Cauper *et al.* Panorama da imunização quadrivalente em adolescentes mulheres contra o Papillomavirus Humano ao longo de quatro anos: uma análise entre regiões do Brasil. Research, Society and Development, v. 11, n. 8, p. e7411830442, 2022. Disponível em:

https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30442.

VIEGAS, Selma Maria da Fonseca *et al.* Preciso mesmo tomar vacina? Informação e conhecimento sobre vacinas no adolescer. Avances en Enfermería, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/76713.

WASZAK, Przemyslaw M; KASPRZYCKA-WASZAK, Wioleta; KUBANEK, Alicja. The spread of medical fake news in social media–the pilot quantitative study. Health policy and technology, v. 7, n. 2, p. 115–118, 2018.

XAVIER, Fernanda Queiroz *et al.* Movimento antivacina: a pandemia da década. Brazilian Journal of Health Review, v. 7, n. 1, p. 5224–5238, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67114.

YABRUDE, Angela Theresa Zuffo *et al.* Desafios das Fake News com Idosos durante Infodemia sobre Covid-19: Experiência de Estudantes de Medicina. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 44, 2020.